



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

9454

Presidente da Mesa Diretora: José Marcos Martins de Freitas

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Normas, Obrigações, Proibições e Regulamentos

Autoria: Marlon Xavier Oliva Bicalho

Data: 29/01/2019

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 09/2019. Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação da "Carteira de Vacinação" para matrícula de alunos da rede pública de ensino no Município de Montes Claros, e dá outras providências. (Referente à Lei nº 5.127, de 22/03/2019).

Controle Interno – Caixa: 17.1

Posição: 51

Número de folhas: 06

Espécie: PL
Categoria: Normas
CX: 17.01
Ordem: 51
nº-ple: 01



Nº 06/2019

26.02.2019

Câmara Municipal de Montes Claros

Lei 5.127 22/03/19

PROJETO DE LEI Nº 09/2019

AUTOR:

Ver. Marlon Xavier Oliva Bicalho

ASSUNTO:

Dispõe sobre a Obrigatoriedade da Apresentação da Carteira de
Vacinação para Matrícula de Alunos na Rede Pública de Ensino no
Município de Montes Claros e dá Outras Providências.

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 29/01/2019
- 2 - Comissão de Legislação e Justiça e Educação.
- 3 - APROVAÇÃO EM REUNIÃO DE URGÊNCIA
- 4 - Em 26.02.2019
- 5 - _____
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PROJETO DE LEI N. 09/2019

DISPÕE sobre a obrigatoriedade da apresentação da carteira de vacinação para matrícula de alunos na rede pública de ensino no município de Montes Claros e dá outras providências..

O povo do Município de Montes Claros/MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - As escolas de ensino fundamental, pré-escolas e creches da Rede Pública Municipal de ensino do Município de Montes Claros deverão exigir dos pais ou responsáveis pelos alunos, no ato da matrícula ou rematricula escolar, a apresentação do Cartão de Vacinação dos alunos, devidamente atualizado.

Art. 2º- os pais ou responsáveis pelos alunos que não estiverem com o calendário básico de vacinação atualizado, serão notificados no ato da matrícula para procederem a devida regularização.

§1º- Caso o aluno não esteja com todas as vacinas previstas na caderneta de saúde, os pais deverão providenciar a atualização no período de até 30 dias ininterruptos.


§2º o cartão de vacinação deverá estar atualizado, em todos os itens de acompanhamento, no ato da apresentação para matrícula, sendo que quanto a situação vacinal, as crianças deverão estar imunizadas com todas as vacinas contidas no calendário básico de imunização.

Art. 3º- os casos de descumprimento da presente lei por parte dos pais ou responsáveis pelos alunos, serão encaminhados ao Conselho Tutelar e/ou ao Ministério Público Estadual para as providências cabíveis.

Art. 4º- Os pais ou responsáveis pelos alunos que já estiverem frequentando os estabelecimentos referidos no art. 1º, terão o prazo máximo de 60 (sessenta) dias ininterruptos, a contar da data da publicação desta lei, para a apresentação do comprovante exigido.

Art.5º- Esta lei entra em vigor no ato de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros- MG, 25 de janeiro de 2019


MÁRLON XAVIER OLIVA BICALHO
vereador- PTC

Marlon Xavier Oliva Bicalho
Vereador



80

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
6 RUSTICA
EM 29 DE MARÇO DE 2019
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
EM 19 DE MARÇO DE 2019
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE RORCENIA
EM 26 DE ABRIL DE 2019
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Justificativa

Os baixos índices de imunização de crianças no Brasil acenderam o alerta em especialistas.

Segundo dados do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde, nos últimos dois anos a meta de ter 95% da população-alvo com menos de um ano vacinada não foi alcançada.

Dentre as vacinas do calendário infantil, apenas a BCG teve índices satisfatórios em 2016 e 2017. A vacina Tetra Viral, que previne o sarampo, caxumba, rubéola e varicela, apresenta o menor índice de cobertura: 70,69% em 2017. Seguido da vacina de Rotavírus Humano que ficou 20% abaixo da meta.

Para Renato Kfoury, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações, um dos motivos que explicam o menor índice em 16 anos de cobertura de vacinação em crianças menores de um ano é o fato de que as vacinas estão culturalmente vinculadas à percepção de risco da doença. Quando se trata de doenças erradicadas, a população tem mais dificuldade de enxergar seus perigos.

Contudo, para a pediatra Ana Escobar, não há dúvidas: o risco do retorno de doenças já erradicadas é uma das consequências dos baixos índices de imunização. "Observe-se que frequentemente temos tido um aumento de casos de sarampo aqui ou ali, que imediatamente é controlado com campanhas de vacinas. Importante saber que a única doença oficialmente erradicada do planeta é a varíola. Nem a poliomielite está erradicada. Portanto, baixas coberturas vacinais pode, sim, trazer algumas destas doenças de volta", explica.

Ademais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90 ressalta que a garantia do cuidado com a saúde dos filhos é um dever pertencente ao poder familiar, a legislação afirma que **"é obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias"**, bem como as vacinações da primeira infância. e assim, o descumprimento pode levar desde a aplicação de medidas leves até à destituição do poder familiar, dependendo das circunstâncias do ato. As punições estão previstas no Art.129 do Estatuto.

Conto com o apoio dos nobres colegas para aprovação desta lei, com escopo de garantirmos saúde às crianças e adolescentes, em especial os que sofrem negligência dos responsáveis legais.

Márlon Xavier Oliva Bicalho
vereador- PTC

fonte: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/imunizacao-de-criancas-em-queda-por-que-os-pais-deixam-de-vacinar-os-filhos-veja-perguntas-e-respostas.ghtml>



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 09/2019 QUE “Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação da carteira de vacinação para matrícula de alunos na rede pública de ensino no município de Montes Claros e dá outras providências.” de autoria do Vereador Marlon Xavier Oliva Bicalho.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto em questão tem como objetivo determinar que, no ato de matrícula do aluno da rede pública municipal, seja apresentado o cartão de vacinação, sob pena de, em não sendo regularizada a situação, seja comunicado o Conselho Tutelar.

A Constituição Federal permite ao Município Legislar sobre assuntos de interesse eminentemente locais, como no caso presente.

Há que se ressaltar que a não apresentação do cartão não impede a matrícula ou frequência do aluno, mas apenas a comunicação do fato ao conselho tutelar.

Não se vê no caso em tela qualquer vício de iniciativa ou mesmo ilegalidade.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 30 de janeiro de 2019.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 09/2019

AUTOR: Ver. Marlon Xavier Oliva Bicalho

MATÉRIA: “Dispõe sobre a Obrigatoriedade da Apresentação da Carteira de Vacinação para Matrícula de Alunos na Rede de Ensino no Município de Montes Claros e dá Outras Providências.

I - RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 29/01/2019 com entrada na Sala das Comissões no dia 30/01/2019.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Trata o Projeto de Lei de obrigar a apresentação da carteira de vacinação para matrícula de alunos nas escolas das redes públicas e particulares do município.

Os pais deverão apresentar o cartão de vacinação no ato da matrícula e rematricula do aluno. Caso o cartão de vacinação esteja desatualizada, os pais têm 30 dias para atualizá-la sob pena de serem encaminhados ao Conselho Tutelar e/ou Ministério Público.

Não consta no Projeto de Lei medidas ou condições para que o aluno seja impedido de ser matriculado e frequentar a escola, em decorrência da desatualização do cartão de vacinação.

Verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local, não incide em vício de iniciativa e não contraria normas legais e/ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 30 de fevereiro de 2019

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito

Relator: Ver. Wanderley Ferreira de Oliveira:

Suplente/Vice-Presidente: Ver. Valcir Soares Silva: